

## **A UNIVERSIDADE NO BRASIL: DO SURGIMENTO À CONSTITUIÇÃO DE 1988<sup>1</sup>**

Renata Machado de Assis

Márcia Santos Anjo Reis

Maurício Campos

PPGE-FE-UFG

renatafef@hotmail.com

Modalidade de apresentação: pôster

Eixo temático: 2 – Estado e Política Educacional

Este texto se propõe a fazer uma breve incursão histórica pelos caminhos que a universidade seguiu no Brasil, desde o seu surgimento até a constituição de 1988. Cabe esclarecer que a universidade em nosso país é uma instituição jovem, tem enfrentado problemas e crescido bastante, principalmente das duas últimas décadas do século XX até os dias atuais.

Como o ensino superior não é o único nível de ensino que sofre as mazelas do sistema político, econômico, social e cultural no país, podemos iniciar este escólio recorrendo a Saviani (2007), que afirma que os desafios enfrentados pela educação, no Brasil, são muitos e também imensos. Dentro do cenário da educação brasileira, destacamos a universidade como um nível de ensino que tem sofrido a influência das políticas públicas voltadas para a educação, ao longo dos anos. É sobre esta universidade, seu surgimento e desenvolvimento no país, que queremos discorrer neste artigo. Retornamos, portanto, à história, para entendermos como e onde surgiu a universidade brasileira, e suas finalidades.

No entender de Orso (2007a, p. 43-44), “se comparado aos outros países da América Latina e da América do Norte, pode-se dizer que a criação da universidade brasileira ocorreu tardiamente”. Quando, em 1934, foi criada a primeira universidade no Brasil, este foi o último país a criar o ensino superior universitário. Nesta época, já existiam mais de cem instituições no restante da América. A primeira proposta de criação da universidade foi feita por Marçal Beliarde, no período colonial, em 1852. Depois disso, foram realizadas outras propostas, todas malogradas. Durante o Império foram apresentados 42 projetos. “Mas apesar de a idéia de se criar a universidade no Brasil já estar presente desde a Colônia, é durante o Império, depois da independência, que ela adquire maior força” (ORSO, 2007a, p. 45).<sup>2</sup>

Quando se falava em criação de universidade no país, o temor era de que ela surgisse de acordo com o modelo napoleônico de centralização. Havia dois grupos: os que defendiam o ensino livre; e os que defendiam a criação da universidade. A questão do ensino superior era posta mais ou menos nos seguintes termos: universidade ou liberdade de ensino.

No entanto, não há incompatibilidade entre a existência da universidade e a liberdade de ensino, contanto que se conceba a universidade como autônoma, consagrando a liberdade de ensino e a liberdade de aprender. Fortaleceu-se, portanto, o grupo dos contrários à criação desta instituição. O pensamento centralizador passou a ser considerado o maior obstáculo à universidade (ORSO, 2007a).

Católicos, liberais e cientificistas tinham em comum a defesa do ensino livre, ainda que cada um com sua posição doutrinária. Por outro lado, eram favoráveis também os conservadores, partidários de um tipo de centralização.

A Primeira Guerra Mundial interferiu em um despertar nacional de desenvolvimento do patriotismo e de defesa nacional. Na década de 1920, Júlio de Mesquita Filho, que militou nas Ligas Nacionalistas, defendendo os valores nacionais, foi um dos principais idealizadores da universidade brasileira, e via nesta instituição “o meio de realizar uma ‘revolução’ espiritual na sociedade, a condição para ‘ocidentalizar’ o país, alcançar os destinos comuns já atingidos pelos países avançados e, [...] promover a ‘adaptação definitiva da democracia no Brasil’”(MESQUITA FILHO, citado por ORSO, 2007a, p. 53).

Cabe citar outros defensores da universidade brasileira, como: Armando de Salles Oliveira, que dizia ser este um meio de implantar a democracia, de livrar o país do comunismo e de garantir a unidade nacional; e Fernando de Azevedo, que via nela um meio de diluir os antagonismos sociais. “Para esses intelectuais, a educação era o principal problema da sociedade brasileira e a ausência da universidade a principal causa” (ORSO, 2007a, p. 54).

O decreto n. 6.283, de 25 de janeiro de 1934, depois de tantos percalços, concretizou a criação da universidade no Brasil, congregando numa única instituição faculdades e institutos isolados de ensino, pesquisa e extensão, que eram os responsáveis pelo ensino superior e formação de profissionais liberais, nas áreas de medicina, engenharia, direito e outros ramos específicos. A Universidade de São Paulo (USP) foi criada com a faculdade de Filosofia, Ciência e Letras (FFCL) e apresentava objetivos claros de formação da elite e seleção dos mais capazes. Considerava-se a universidade como: seletiva por natureza, destinada aos mais capacitados intelectualmente; e instrumento de preparação das elites dirigentes, integrando a técnica e a ciência para forjar uma elite intelectual capaz de orientar todas as classes sociais (ORSO, 2007a).

A USP, portanto, não estava voltada para a população brasileira, muito menos para “harmonizar e unificar os interesses antagônicos, regular as tensões de classe, converter as lutas em comunhão e harmonia, formar e reciclar as elites dirigentes, formar quadros e

devolver a São Paulo a liderança na direção dos destinos do país” (ORSO, 2007a, p. 57). Dito de outra forma, a criação da universidade não integrava um projeto neutro e desinteressado, como seus idealizadores tentavam transmitir.

Para dar prosseguimento ao projeto de criação da USP, era necessário um corpo docente consistente. Foram contratados, então, mestres europeus, devidamente formados, com certa tradição intelectual da qual o Brasil ainda não dispunha. Estes docentes foram escolhidos de acordo com a idéia de formação que se esperava. Barros, citado por Orso (2007a), relata que para os estudos voltados à formação espiritual dos estudantes, ou seja, para aqueles estudos que nunca são completamente “neutros”, eram convidados os professores franceses, que repudiavam o fascismo e o nazismo. Por meio da implantação da universidade, o que se tentava era a criação de uma espécie de aparelho ideológico para reciclar e formar as elites e os intelectuais “de acordo com a concepção de mundo, de homem e de sociedade liberais e de acordo com os interesses burgueses” (ORSO, 2007a, p. 60).

No entanto, o modelo idealizado de universidade não se concretizou. Foi impedido, em parte, pela conspiração de interesses criados na vida universitária, e em outra, pelo clima de fascismo do Estado Novo de 1937 (BARROS, citado por ORSO, 2007a). Apesar da importância dada pela elite paulistana à educação, parece certo que, por trás da criação da universidade, havia mais do que a implementação de um projeto educacional: havia o interesse na consolidação de um projeto burguês de sociedade.

O projeto de educação idealizado foi se afastando do projeto inicial, e as mudanças sociais, econômicas, culturais e políticas a partir da década de 1950 passaram a exigir um novo projeto que atendesse às necessidades da sociedade. Após 1938 o caráter profissionalizante na formação passou a predominar, inclusive na Faculdade de Filosofia, escola considerada verdadeiramente renovadora. No bojo dessas mudanças, havia a ameaça da Ditadura do Estado Novo, o crescimento do segundo grau privado, etc.

Frente a essa realidade, a elite decidiu reconstruir esse modelo de universidade, de forma a reunir todo o saber, articula-lo e organiza-lo em grandes campos fundamentais de ensino e investigação. As universidades deveriam, nessa nova perspectiva, ser formadoras de elites intelectuais e não de simples profissionais. Cabia-lhes formar cidadãos e orientar a vida espiritual do país.

A reestruturação da USP, em 1968, defendia a organização em “institutos, centros e departamentos articulados entre si, permitindo a formação da ‘comunidade pensante’, destinada a enfrentar os desafios da cultura desinteressada, da ciência, da tecnologia e da sociedade em cada momento” (ORSO, 2007b, p. 68). Quanto à carreira docente, a comissão

responsável pela reestruturação propunha uma carreira única e aberta. O recomendado era a extinção do regime de cátedra, e a carreira constituída no âmbito dos departamentos, em quatro estágios: instrutor, professor assistente, professor associado e professor.

Logo após a conclusão do relatório da proposta de reestruturação da USP, em 16 de junho de 1968, em meio à repressão militar ocorrida neste ano, o marechal Arthur da Costa e Silva criou o Grupo de Trabalho para a Reforma Universitária (GTRU), por meio do decreto n. 62.937, de 2 de julho, constituído por grupos designados pessoalmente, com a missão de estudar a reforma universitária<sup>3</sup>. Mas como o objetivo de reestruturação da USP da reforma universitária não era solucionar os problemas educacionais, e sim realizar uma modernização de caráter conservador, para evitar entraves políticos, a crise no ensino superior não foi resolvida. O que vigorou, nesse momento, foi a recuperação e consolidação do poder das elites (ORSO, 2007b)<sup>4</sup>.

Somente a partir de 1968, com a Lei 5.540, de 28 de novembro, a reforma universitária se consolidou. Processou-se, então, a reestruturação das instituições de ensino superior, visando maior eficiência e produtividade, como afirma Fávero (2000). Segundo a autora, se por um lado essa lei reconhece a autonomia didática, científica, disciplinar, administrativa e financeira da universidade, por outro não se pode esquecer que o período foi fortemente marcado por atos de exceção baixados pelo governo militar<sup>5</sup>.

Fávero (2000) relata que a década de 1960 foi, para os docentes, de ausência, assim como a década de 1970 ficou marcada pela desmobilização estudantil, resultado dos anos de autoritarismo, e no final desse período, quando se iniciou o crescimento das forças oposicionistas, segundo Germano (2005), é que surgiu o movimento docente. Este autor expõe que, a partir de 1974, as reuniões da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) se transformaram em palco de discussão política e de oposição ao Regime. Nesse período veio à tona a produção teórica de esquerda, em sua maioria proveniente dos programas de Pós-Graduação das universidades, que criticava a educação capitalista e a política educacional brasileira. As greves, contudo, começam a acontecer nas universidades, assim como nas escolas, a partir de 1979, em busca dos direitos trabalhistas e políticos<sup>6</sup>.

Segundo Germano (2005), em princípios dos anos 1980, configurou-se claramente a existência de uma densa crise econômica, que conduziu o país à recessão e, conseqüentemente, à queda da produção industrial, ao desemprego, ao aumento da inflação e à compressão salarial. O quadro de miséria agravou-se a partir de 1980-1981. Foi evidente a precarização do trabalho docente, sua rotatividade e abandono da profissão. E foi também

nesta década que a privatização do ensino superior passou a ser encarada com naturalidade pelo que restou do movimento estudantil.

No entender de Fávero (2000), foi no limiar dos anos 1980 que teve reinício a luta pela redemocratização da sociedade e da universidade. A questão da universidade, nesse período, passa a ser tema prioritário, em função da grande insatisfação quanto à política do governo nos últimos anos. Em março de 1985 foi instituída uma “Comissão de Alto Nível para Estudar a Reformulação da Educação Superior”, regulamentada pelo Decreto n. 91.772, constituída de forma bastante heterogênea no que se refere ao compromisso e posicionamento em relação à universidade pública. No entanto, essa comissão não entendeu que deveria propor uma lei de reforma que substituísse a de 1968, e não foi alterada a estrutura e organização das universidades, nem apresentado um novo modelo. Apenas foram propostas alternativas que permitissem sedimentar a universidade da excelência, da autonomia e da democracia.

Em fevereiro de 1986, por meio da Portaria Ministerial nº 100, foi criado o Grupo para a Reformulação da Educação Superior (Geres), e instalado em 3 de março do mesmo ano, pela Portaria nº 170. Funcionou como um grupo interno do MEC para repensar e adequar as propostas da Comissão Nacional, sem a participação da comunidade acadêmica.

O relatório e o anteprojeto de lei apresentavam uma posição que centralizava no Poder Executivo e em seus órgãos diretos de apoio o controle do processo universitário (aprovação dos estatutos dos servidores das universidades e do plano de cargos, funções, salários e vantagens, podendo intervir na universidade e inclusive nomear reitor *pro tempore*). Isso denota certo retrocesso no que vigorava na década de 1980 nas universidades, assemelhando-se, de forma autoritária, com o que era predeterminado no regime militar e apareceu no governo Collor, no início de 1990, com nova roupagem (FÁVERO, 2000).

A Constituição Federal de 1988, elaborada sobre fortes pressões da sociedade, concedeu autonomia didático-científica à universidade, bem como de gestão financeira e patrimonial, mas, assim como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), sancionada sob o nº 9.394, de 17 de dezembro de 1996, não contemplou os anseios da população acadêmica e brasileira no que se refere às condições e necessidades do ensino superior no país. Fávero (2000, p. 194) ressalta que “houve um imenso esforço político durante o período da Constituinte e nos oito anos de tramitação da nova LDB. Tal esforço foi também apreciável, mas os resultados são ainda inexpressivos”.

Sguissardi (2009) comenta sobre a educação superior no país, em um contexto de inserção subalterna do país à economia global, e de permanência ou agravamento dos

inaceitáveis índices de desigualdade social na década de 1990. O que foi denominado de “modernização conservadora” teve início no governo Collor (1990-1991), prosseguiu no governo Itamar Franco (1992-1994) e recrudescceu no de FHC (1995-2002). Neste último período efetivou-se muitos ajustes estruturais e fiscais ou de reformas voltadas para o mercado, e foram reconfiguradas as esferas pública e privada no âmbito do Estado e no ensino superior.

Enfim, no entender de Sguissardi (2009, p. 209), “o fim do século XX pôs a educação superior na berlinda”. Pode-se dizer que todo o século XX foi um período marcado por muitas mudanças, vários impasses e lentos progressos no ensino superior brasileiro. Isso em decorrência do que Silva Júnior (2007, p. 92) afirma: “em vez de políticas sociais, temos políticas econômicas”.

A partir deste período, novos progressos e retrocessos foram percebidos, no período dos governos de FHC e de Lula, mas esta discussão pode se constituir pauta de outro artigo.

#### REFERÊNCIAS

- FÁVERO, Maria de Lourdes de A. Autonomia universitária mais uma vez: subsídios para o debate. In: SGUISSARDI, Valdemar (Org.). *Educação Superior: velhos e novos desafios*. São Paulo: Xamã, 2000. p. 179-196.
- GERMANO, José Willington. *Estado militar e educação no Brasil (1964-1985)*. São Paulo: Cortez, 2005.
- ORSO, Paulino José. A criação da universidade e o projeto burguês de educação no país. In: ORSO, Paulino José (Org.). *Educação, sociedade de classes e reformas universitárias*. Campinas, SP: Autores Associados, 2007a. p. 43-62.
- ORSO, Paulino José. A reforma universitária dos anos de 1960. In: ORSO, Paulino José (Org.). *Educação, sociedade de classes e reformas universitárias*. Campinas, SP: Autores Associados, 2007b. p. 63-86.
- SAVIANI, Dermeval. Os desafios da educação pública na sociedade de classes. In: ORSO, Paulino José (Org.). *Educação, sociedade de classes e reformas universitárias*. Campinas, SP: Autores Associados, 2007. p. 09-26.
- SGUISSARDI, Valdemar. *Universidade brasileira no Século XXI*. São Paulo: Cortez, 2009.
- SILVA JÚNIOR, João dos Reis. Reforma universitária: a nova forma histórica das esferas pública e privada no início do século XXI. In: ORSO, Paulino José (Org.) *Educação, sociedade de classes e reformas universitárias*. Campinas, SP: Autores Associados, 2007. p. 87-120.

---

<sup>1</sup> Este trabalho é parte do resultado de uma pesquisa bibliográfica desenvolvida durante a disciplina Educação Brasileira – PPGE/FE/UFG, apresentada como seminário em aula, no primeiro semestre de 2010.

<sup>2</sup> O autor cita Roque Spencer Maciel de Barros, que destaca cinco tentativas de criação de uma universidade, todas sem sucesso: 1823, 1842, 1847, 1870 e 1881. Mas isso não ocorreu por problemas financeiros, e sim por razões de ordem filosófico-ideológicas.

<sup>3</sup> Os novos estatutos da USP foram consolidados pelo decreto estadual de n. 52.326, em dezembro de 1969.

<sup>4</sup> A Lei da Reforma Universitária foi promulgada em 1968, sob o número 5.540.

<sup>5</sup> A autora cita o Ato Institucional nº 5, de 13/12/1968; e o Decreto-lei n. 477, de 26/02/1969, com base no §1º do AI-5.

<sup>6</sup> Até aquele momento, segundo Fávero (2000), os docentes não se mostraram como uma força organizada. Só mais tarde começaram a lutar em defesa do processo de democratização das universidades e na defesa de sua autonomia.